

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras inicia nova onda de renegociação com fornecedores.....	2
Título: Pandemia estimula a autoleitura de consumo	4
Título: Consumo de gás natural terá queda histórica	6
Título: MPT amplia a investigação sobre mineradoras em MG	8
VEÍCULO: O Globo.....	10
Título: Gás de cozinha	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Energia produzida a partir de plantas.....	11

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/06/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Petrobras inicia nova onda de renegociação com fornecedores**

Na tentativa de cortar pelo menos US\$ 2 bilhões dos custos operacionais em 2020, a Petrobras ataca em várias frentes e iniciou, nas últimas semanas, uma segunda onda de renegociação com alguns de seus fornecedores. A nova investida marca uma mudança no tom das conversas. Até então focada em adiar pagamentos e antecipar o fim de contratos próximos a vencer, a estatal propõe, agora, suspender temporariamente alguns de seus contratos de afretamento de navios de apoio offshore.

Desde o princípio do choque de preços do petróleo, a Petrobras vem reforçando que as negociações com a cadeia fornecedora se concentram apenas nas grandes empresas, naquelas com maior capacidade de suportar o impacto da crise. As medidas adotadas pela companhia para reduzir seus custos operacionais, contudo, têm se mostrado mais amplas e impactam, também, os fornecedores menores, segundo três fontes.

Logo nas primeiras semanas depois da queda abrupta do petróleo, ainda em março, a estatal anunciou um pacote de medidas para preservar o seu caixa e se comprometeu a acelerar os esforços para cortar suas despesas operacionais - que totalizaram US\$ 10,2 bilhões em 2019. A empresa informou, então, uma série de iniciativas para reduzir em US\$ 2 bilhões os custos, incluindo a paralisação de 62 plataformas em águas rasas e o adiamento de contratações e de atividades.

É dentro desse contexto que a Petrobras vem renegociando as condições de contrato com os prestadores de bens e serviços. Fornecedores de serviços submarinos, os operadores de plataformas e barcos de apoio foram alguns dos elos convocados às mesas de negociação. Num primeiro momento, a Petrobras propôs adiar o pagamento de 5% a 15% das taxas de afretamento de plataformas e barcos de apoio para 2021. No caso do setor de apoio offshore, a estatal também propôs postergar o início de vigência de alguns contratos e antecipar o fim de outros próximos do vencimento. Agora, a petroleira chamou as companhias para pedir a suspensão temporária de alguns contratos.

A norueguesa DOF Subsea reportou em seu balanço do primeiro trimestre, por exemplo, que, devido aos efeitos da pandemia da covid-19 e do choque de preços do petróleo, recebeu vários pedidos de rescisão de contratos. E citou

que a Petrobras rompeu, em abril, dois contratos que tinha com a empresa e que venciam em junho.

A crise pegou, no contrapé, empresas que se preparavam para renovar contratos próximos do fim e que temem, agora, ficar com a frota ociosa. No fim de maio, o diretor de operações da Wilson Sons no Brasil, Arnaldo Calbucci, disse que a pandemia freou o interesse da estatal na renovação de alguns contratos. “No início da pandemia, a Petrobras demonstrou interesse em renovar [contratos], mas criou um comitê de resiliência que aumentou a burocracia e a aprovação [da renovação] está demorando um pouco mais do que o esperado. Obviamente, surpresas podem ocorrer”, afirmou, durante teleconferência com investidores.

Petroleira já propôs adiar pagamentos e antecipar fim de contratos com navios de apoio offshore

Segundo fontes da cadeia de fornecimento, as medidas da Petrobras não se restringem apenas aos grandes fornecedores. Os esforços de redução de custos da petroleira têm passado não só pela renegociação de contratos com a cadeia, mas também pela redução de atividades que afetam diretamente supridores de menor escala. A paralisação temporária de 14 campos terrestres levou, por exemplo, à desmobilização de sondas de pequenos fornecedores, no Nordeste, como a Braserv.

Procurada, a Petrobras reiterou que busca uma forma de superar a nova crise em conjunto com seus grandes fornecedores e que, dada a complexidade e diversidade dos contratos de bens e serviços, cada caso está sendo tratado individualmente nas renegociações, “privilegiando sempre a busca de uma solução negociada”.

No segmento de apoio offshore, o receio é que a crise aumente ainda mais os níveis de ociosidade da frota, que já tinha sido afetada pela última crise, de 2015, quando a Petrobras rescindiu uma série de contratos com as empresas do setor. Segundo o sócio do escritório Kincaid Mendes Vianna, Godofredo Mendes Vianna, a nova investida da Petrobras pode trazer uma rodada de judicialização no setor.

“Vivemos uma espécie de ‘déjà vu’ de 2015. Naquela crise a Petrobras já tinha entrado de forma drástica numa renegociação com os fornecedores. Isso gerou um trauma no mercado. Algumas empresas sumiram, outras saíram do Brasil e as margens foram achatadas”, afirma o advogado, que questiona o motivo de força maior alegado pela estatal. “A queda do preço do petróleo é parte do risco de uma petroleira”, defende.

A Rystad Energy destaca que o espaço das petroleiras para cortes de custos junto aos fornecedores, dessa vez, é menor, de até 12% na produção marítima de petróleo e gás natural.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Pandemia estimula a autoleitura de consumo

Com as restrições de circulação impostas pela pandemia, distribuidoras de energia de todo o país tiveram que repensar a rotina dos leituristas, técnicos que fazem a checagem dos medidores para o faturamento das contas de luz. Enquanto muitas mantiveram 100% das equipes em campo e redobram os cuidados para garantir a segurança e saúde dos funcionários, outras recorreram à autoleitura, estendendo a alternativa a todos os clientes de baixa tensão. É o caso da Enel Brasil, que oferece a autoleitura a residências e comércios atendidos por suas distribuidoras em São Paulo e Goiás, e da Neoenergia, que anuncia hoje a ampliação do serviço para suas 14 milhões de unidades consumidoras.

A autoleitura já era uma realidade para clientes de áreas rurais, onde as equipes das distribuidoras não fazem visitas mensais. Devido à pandemia e às medidas de isolamento social, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou resolução permitindo que as distribuidoras oferecessem a autoleitura para todos os consumidores, como forma de substituir a prática tradicional de envio dos técnicos. Para quem não quiser fazer a leitura do próprio medidor, a regra estabelece a cobrança pela média de consumo dos últimos 12 meses, com eventuais diferenças em relação ao consumo real sendo compensadas automaticamente.

A principal experiência com a autoleitura está sendo conduzida pela Enel São Paulo (ex-Eletropaulo), do grupo italiano Enel. Responsável por 7,2 milhões de unidades consumidoras na capital e região metropolitana de São Paulo, a distribuidora já tinha um projeto do gênero autorizado pela Aneel desde o ano passado, que acabou sendo “acelerado” à luz da pandemia. “O número de autoleituras tem crescido a cada mês, o que demonstra ótima adesão por parte dos clientes. A situação atual mostrou o acerto de nossa decisão em antecipadamente fazermos a experiência piloto desse procedimento. Em São Paulo estávamos com processos internos e sistemas parametrizados para a operação”, afirma Márcia Sandra Roque, diretora de mercado da Enel Brasil.

A Enel São Paulo disponibilizou a autoleitura aos clientes residenciais e comerciais no fim de março, após a aprovação da resolução pela Aneel. Em abril, a distribuidora recebeu cerca de 160 mil informações dos clientes através dos canais digitais e pelo call center. Em maio, foram mais de 500 mil.

“Os leituristas paralisaram atividade em São Paulo, já que a maioria dos medidores fica dentro das instalações dos clientes e precisávamos reduzir o contato com os clientes. Mas já a partir de junho, com a flexibilização do isolamento social anunciada pelo Estado, estamos retornando com todos os leituristas para a realização da leitura presencial”, diz a executiva, relatando que o mesmo movimento aconteceu em Goiás, onde a concessionária atende 3,9 milhões de clientes.

Outra empresa que ampliou a opção de autoleitura foi a Neoenergia, do grupo Iberdrola. O serviço já estava disponível para todos os clientes da Elektro (SP/MS) e, a partir de hoje, será oferecido também pelas concessionárias Coelba (BA), Celpe (PE) e Cosern (RN). A empresa destaca que a iniciativa pode ajudar estabelecimentos que estão fechados por conta da quarentena e que seriam tarifados pela média de consumo dos últimos 12 meses. “Trata-se de mais uma ação pensada, para facilitar a vida dos nossos consumidores alinhada à estratégia de transformação digital”, diz Renato Suplicy, gerente de Estratégia e Serviços Digitais da Neoenergia.

Por ser um procedimento ainda novo, a autoleitura suscita dúvidas em clientes, que relatam inclusive dificuldades técnicas para enviar os dados. A Enel reconhece que uma das dificuldades é a perda do prazo para leitura: os dados devem ser enviados à distribuidora até dois dias antes da data prevista para leitura ou no próprio dia. “Estamos atendendo, entendendo e resolvendo eventuais dificuldades, cada caso. O cenário é novo para todos nós e estamos nos adaptando e aperfeiçoando”, diz Márcia.

Paralelamente ao avanço da autoleitura em algumas localidades, leituristas continuam indo a campo para checagem dos medidores em várias partes do país. A Cemig manteve o trabalho regular de seus 1.500 técnicos, que receberam todas as orientações necessárias para seguir com as atividades com segurança. De acordo com a companhia, dos seus 8,5 milhões de clientes, menos de 2% não oferecem livre acesso ao medidor, e por isso têm sido cobrados ou pela autoleitura, ou pela média dos últimos 12 meses. “Tivemos um pequeno incremento da autoleitura, não foi significativo”, afirma superintendente de Proteção da Receita, Silvia Cristiane. Entre janeiro e maio, o volume de autoleituras reportadas à Cemig-D cresceu 11%.

O cenário é semelhante na EDP Brasil, que atende mais de 3,4 milhões de clientes nas áreas de concessão no Espírito Santo e em São Paulo. A companhia

já tem disponível um sistema para autoleitura há vários anos e, por causa da pandemia, reforçou as ações de comunicação sobre o procedimento, afirma Evandro Scopel, gestor executivo de Atendimento Comercial. Apesar disso, ele aponta que não houve adesão expressiva. “Sentimos que as pessoas não gostam ou têm resistência em fazer a autoleitura”. O executivo ressalta, porém, que poucos estabelecimentos atendidos pela EDP tiveram impedimentos à leitura pelos técnicos.

Com 7,8 milhões de clientes atendidos por onze concessionárias, o grupo Energisa manteve a atuação dos leituristas, adotando protocolos sanitários para assegurar a proteção dos funcionários e clientes. A companhia informou que, para a maior parte dos casos, os profissionais não precisam entrar nos imóveis para verificar os medidores de consumo, e por isso, tem recorrido menos a outras alternativas, como a autoleitura.

A pandemia também pode significar um impulso para que as companhias ampliem a telemetria (leitura à distância dos medidores), que hoje alcança basicamente os grandes consumidores de energia elétrica. A Cemig planeja investir R\$ 351 milhões, até 2024, em infraestrutura avançada de medição. Nos próximos dois anos, a companhia espera atingir 300 mil pontos de telemetria, concluindo a adoção da tecnologia para todos os clientes da alta tensão e expandindo-a para a baixa tensão. Já a Enel Brasil informou que está desenvolvendo um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para implantar medidores inteligentes numa região da capital paulista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval — Financial Times

Título: Consumo de gás natural terá queda histórica

O consumo mundial de gás natural neste ano terá a maior queda na história, como resultado das medidas para conter a disseminação do coronavírus e do consequente choque sem precedentes na demanda, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

Em anúncio na semana passada, a AIE, cuja sede fica em Paris, destacou que os efeitos da pandemia, somados a um inverno mais ameno do que o usual no Hemisfério Norte, provocarão uma queda de 4% no consumo mundial de gás natural em 2020, o que representa 150 bilhões de metros cúbicos a menos, com impacto em todas as regiões do mundo. O declínio será duas vezes maior do

que o registrado depois da crise financeira mundial em 2009, quando a demanda caiu 2%.

Embora o impacto das medidas de confinamento impostas pelos governos mundiais na indústria de gás natural tenha sido menor do que o sofrido pelas de petróleo e carvão, que são mais usados no transporte e geração de eletricidade para empresas, a queda estimada mostra que o setor “está longe de ser imune” à pandemia, disse Fatih Birol, chefe da AIE.

Nos últimos anos, o setor de gás natural beneficiou-se da tendência de substituição do carvão pelo gás em vários setores, uma vez que os baixos preços e as políticas em prol da limpeza do ar têm encorajado a troca, em particular na China. Em 2019, a demanda cresceu 1,8% na comparação anual, o que equivale a 70 bilhões de metros cúbicos.

“O declínio recorde neste ano representa uma mudança drástica nas circunstâncias para um setor que se acostumara a fortes aumentos na demanda”, disse Birol.

Embora seja uma alternativa mais “limpa” na comparação com o que o carvão, o gás também é foco das atenções de ativistas ambientais e de alguns investidores, que querem desviar a alocação de recursos financeiros para longe dos combustíveis fósseis.

Ainda assim, muitos dos maiores nomes no setor de fontes de energia e importantes governos veem o gás como necessário para atender a demanda mundial por energia.

Os vários anos de fortes aumentos no consumo resultaram em altos investimentos na área de gás natural liquefeito (GNL). Um recorde de US\$ 65 bilhões em investimentos em bens de capital em instalações de GNL foi anunciado em 2019, de acordo com a AIE.

Neste ano, contudo, o gás usado em geração de eletricidade será o segmento mais afetado, sendo responsável por mais da metade do declínio total estimado para a demanda. A geração de energia a gás terá uma queda particularmente mais forte na Europa, segundo a AIE, porque além da queda na demanda por energia elétrica, há um crescente uso de fontes renováveis na geração de eletricidade.

Depois da geração de energia, a maior queda na demanda está prevista nos setores comercial e residencial. O inverno de temperaturas mais moderadas

reduziu a necessidade de gás para aquecedores no início do ano, enquanto os lockdowns impostos por governos reduziram o consumo pelas empresas.

A demanda por gás de uso industrial também caiu em função do impacto da doença, que paralisou economias pelo mundo e desacelerou as fábricas. Ao mesmo tempo, o próprio setor de energia teve uma forte queda no consumo do combustível.

A indústria de gás deverá se recuperar gradualmente nos próximos dois anos, mas a crise da covid-19 terá “impacto duradouro”, segundo Birol, já que o excesso de oferta e os investimentos e nova capacidade produtiva continuam superando a demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: MPT amplia a investigação sobre mineradoras em MG

Depois de ter obtido na Justiça o fechamento temporário das minas de minério de ferro da Vale em Itabira, Minas Gerais, o Ministério Público do Trabalho investiga se outras mineradoras estão tomando as medidas adequadas para evitar que seus funcionários se exponham à contaminação pelo coronavírus.

Na sexta-feira, uma das procuradoras do MPT, Adriana Augusta Souza, disse ao **Valor** que o órgão tem investigações em andamento sobre empreendimentos no Estado das mineradoras Anglo Gold Ashanti, Anglo American, Gerdau e Usiminas. O objetivo é avaliar o que tem sido feito para proteger os trabalhadores do vírus.

Quanto à Vale, Adriana disse que o MPT investiga a situação em todas as minas da empresa em Minas Gerais. No caso de Itabira, não se trata mais de investigação inicial, mas de ação judicial.

No dia 5 deste mês, o MPT obteve no Tribunal Regional do Trabalho decisão que obrigou a Vale a interromper as atividades de suas minas na cidade. O Ministério Público alegava que a mineradora precisava reforçar as medidas de segurança para reduzir o risco de disseminação do vírus no ambiente de trabalho.

O fechamento temporário das minas de Conceição, Cauê e Periquito, em Itabira, contribuiu para a alta na cotação do minério de ferro diante da perspectiva de redução de oferta da Vale.

A situação da CSN, com operações no município de Congonhas, também foi parar na Justiça. “No inquérito civil [sobre a CSN] houve inspeção da vigilância sanitária do município de Congonhas, que constatou falhas nas medidas de proteção, aglomeração no transporte e falta de distanciamento entre trabalhadores em alguns pontos da empresa, como refeitórios”, informou Adriana, por meio de mensagem escrita.

O MPT pediu o fechamento da mina. A Justiça negou, mas o juiz determinou, segundo a procuradora, que a CSN atendesse as recomendações para melhorar as condições de segurança contra a pandemia. “O cumprimento das obrigações foi atestado por perícia judicial posterior”, afirmou Adriana.

Até sexta, apenas CSN e Vale tinham sido alvo de pedidos do MPT de fechamento de minas. E só as da Vale em Itabira foram fechadas. “A maior preocupação é a aglomeração dos trabalhadores, cujo contingente por turno e jornada de trabalho é expressivo” disse Adriana. Ela questiona a fiscalização por parte das empresas. “Fiscalização é falha quanto ao uso das medidas de proteção, como máscaras, álcool em gel e distanciamento em refeitórios, vestiários e ônibus.” E acrescenta, sem citar caso específico: “Os planos de contingência das empresas estão falhos ou sem efetiva fiscalização das medidas”.

As investigações do MPT e possibilidade de que outras minas venham a ter as atividades suspensas deixam em alerta também prefeitos de cidades cujas economias dependem da mineração. “O que segura a receita em municípios onde há minas é a atividade das mineradoras. O Ministério Público está certo em fiscalizar, mas não pode radicalizar”, disse Vitor Penido, prefeito de Nova Lima (MG) e presidente da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais.

Flávio Penido, diretor presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que representa as mineradoras no país, afirmou que o setor tem adotado cuidados para proteger seus funcionários. Entre esses cuidados estão o home office de parte do pessoal, a manutenção em casa dos que integram grupos de risco, redução do número de trabalhadores em locais como refeitórios e ônibus, uso de máscaras, adoção de protocolos extra de limpeza e procedimentos rigorosos de desinfecção.

Penido cita outra medida. “A testagem, maciça de funcionários, pode acabar produzindo sinal de que há muitos casos nas mineradoras. Mas não é isso. É que as comunidades não estão sendo tão testadas”, disse. Um dos argumentos do MPT para a Vale em Itabira era o número de funcionários testados positivos.

Segundo Penido, no início da pandemia algumas prefeituras chegaram a considerar pedir o fechamento das minas com medo da propagação do vírus, mas recuaram ao se darem conta das medidas de proteção que estavam sendo adotadas pelas companhias.

Ao comentar as investigações, a Vale disse, por meio de sua assessoria: “As recomendações do Ministério Público do Trabalho estão em convergência com o modo como a Vale tem atuado desde o começo da pandemia, adotando medidas de prevenção e enfrentamento em todas as operações para preservar a saúde e segurança de seus empregados e terceiros, como já informado ao MPT”.

A Anglo Gold também destaca a realização de testes, entre outras ações com vistas a evitar o contágio de seus funcionários durante o trabalho. “Até o momento, foram realizados quase 3 mil testes rápidos para a Covid-19 nos empregados”, disse a Anglo Gold, por meio de nota. “Até esta data [sexta-feira], foram identificados cinco casos de covid-19 entre os mais 4.700 empregados no Brasil (0,1%). Destes, três estão recuperados.”

A Anglo American disse que vem adotando medidas para evitar que funcionários fiquem próximos uns dos outros e que iniciou testagens de empregados. “A companhia mantém apenas funções essenciais em suas plantas, o que significa 3 mil empregados a menos nas operações, o que reduz significativamente o fluxo de pessoas nas áreas industriais e entre os municípios”, disse a empresa.

A CSN e a Usiminas não comentaram e Gerdau disse que se sente representada pelo Ibram.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/06/2020

Seção: colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Gás de cozinha

Em 2019, houve um lobby do pessoal de gás de cozinha contra a ANP, que defendeu a venda fracionada de GLP. Agora, agigante Supergasbras (SHV Energy) lançou um modelo fracionado. É assim: instala-se no botijão um dispositivo que informa e cobra o usuário apenas o seu consumo. Vai mexer no mercado.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 15/06/2020**Seção:** Tecnologia e Inovação**Autor:****Título:** Energia produzida a partir de plantas

Cientistas da Universidade de Tel Aviv e da Universidade do Arizon conseguiram produzir eletricidade a partir de plantas e algas. A façanha, um avanço na busca por fontes de energias mais limpas, abre caminho para a exploração da tecnologia em campos diversos: desde o abastecimento de pequenas propriedades rurais ao funcionamento de grandes indústrias.

Segundo Iftach Yacoby, diretor do laboratório de energia renovável da Faculdade de Ciências da Vida da universidade israelense e líder do estudo, todas as plantas têm capacidade de produção elétrica particularmente eficaz, baseada no processo da fotossíntese. “Para fazer funcionar um eletrodoméstico, simplesmente o conectamos a uma tomada de luz. No caso de uma planta, ainda não sabemos onde conectar. Temos buscado um nanoplug trabalhando com microalgas, nas quais temos injetado uma enzima que produz hidrogênio com a ajuda de um biorreator”, detalhou em entrevista à agência France-Presse de notícias (AFP).

O hidrogênio é uma mercadoria essencial, com mais de 60 milhões de toneladas produzidas no planeta todos os anos. O processo mais comum de produção, porém, consome muita energia e resulta em grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂), normalmente lançadas na atmosfera. Por isso, a possibilidade de obter hidrogênio via luz e água apresentada pela equipe chama a atenção.

“Eles fizeram uma verdadeira inovação (...) Não encontraram apenas uma maneira de redirecionar uma estrutura proteica complexa que a natureza projetou com um objetivo de executar um processo diferente, porém igualmente crítico, mas encontraram a melhor maneira de fazer isso no nível molecular”, ressaltou, em comunicado, Ian Gould, diretor interino da Escola de Ciências Moleculares da instituição israelense.

Química alternativa

A equipe trabalhou com a alga verde unicelular *Chlamydomonas reinhardtii*, que tem a enzima hidrogenase, capaz de produzir hidrogênio. “O que fizemos é mostrar que é possível interceptar os elétrons de alta energia da fotossíntese e usá-los para conduzir química alternativa em uma célula viva. Usamos a produção de hidrogênio aqui como exemplo”, resumiu, em comunicado, Kevin

Redding, professor da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, e colaborador da pesquisa.

Com os resultados obtidos, Yacoby afirma estar convencido de que a tecnologia iniciará “uma nova era para a agricultura”. “Depois de ter alimentado os humanos por milênios, ela poderá ser utilizada para produzir energia”, explicou. “Pensávamos que havia um potencial, mas não sabíamos se funcionaria, e funcionou.”

O cientista aponta outras áreas que também poderão ser beneficiadas. “Consideramos que há muitas coisas que se possam fazer graças aos resultados de nossa pesquisa.” A longo prazo, aposta Yacoby, a solução “reduzirá a contaminação nos setores de transporte e na indústria pesada”. Nesse caso, serão necessários de 10 a 20 anos de trabalho.

MME / ASCOM .